Cláusula 4.ª

Disponibilização da comparticipação financeira

1 — A comparticipação referida na alínea *a*) do n.º 1 da cláusula 3.ª será disponibilizada mensalmente, com o valor de € 1150 nos meses de Março a Dezembro.

2 — A comparticipação referida na alínea *b*) do n.º 1 da cláusula 3.ª será disponibilizada mensalmente, com o valor de € 2810 nos meses de Março a Dezembro.

3 — A não entrega ou a não validação do relatório intermédio sobre a execução técnica e financeira do programa de actividades regulares determina a suspensão do pagamento por parte do IDP à Confederação até que esta cumpra o estipulado na alínea *c*) da cláusula 5.ª infra.

Cláusula 5.ª

Obrigações da Confederação

São obrigações da Confederação:

- a) Executar os programas de actividades regulares e de enquadramento técnico apresentados no IDP que constituem o objecto do presente contrato, de forma a atingir os objectivos expressos naqueles programas;
- b) Prestar todas as informações, bem como apresentar comprovativos da efectiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitadas pelo IDP;
- c) Entregar, até 15 de Setembro de 2006, um relatório intermédio, em modelo próprio definido pelo IDP, sobre a execução técnica e financeira dos programas de actividade regulares e enquadramento técnico referentes ao 1.º semestre, acompanhados dos documentos justificativos considerados necessários para apreciação do IDP;
- d) Entregar, até 15 de Abril de 2007, um relatório final, em modelo próprio definido pelo IDP, sobre a execução dos programas de actividades regulares e de enquadramento técnico;
- e) Entregar, até 15 de Abril de 2007, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, que demonstrem os pagamentos efectuados a título de honorários ou vencimentos aos técnicos abrangidos pelo enquadramento técnico;
- f) Criar um centro de custos próprio e exclusivo para execução do programa de actividades regulares objecto do presente contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os da execução deste programa, de modo a assegurar-se o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para este fim;
- g) Entregar, até 15 de Abril de 2007, os seguintes documentos:
 - i) O relatório anual e conta de gerência, acompanhado da cópia da respectiva acta de aprovação pela assembleia geral da Confederação;
 - ii) O parecer do conselho fiscal, nos termos do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 144/93, de 26 de Abril, acompanhado da certificação legal de contas, se aplicável;
 - iii) As demonstrações financeiras previstas no Plano Oficial de Contabilidade para as Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes (POCFAAC);
 - iv) O mapa de execução orçamental a 31 de Dezembro de 2006;
 - v) O balancete analítico a 31 de Dezembro 2006, antes do apuramento de resultados;
- h) Suportar os custos resultantes das requisições, licenças extraordinárias e dispensas de prestação de trabalho dos diversos agentes desportivos solicitadas pela Confederação no âmbito do programa de actividades apresentado ao IDP;
- i) Apresentar, até 30 de Novembro de 2006, o plano de actividades e orçamento para o ano 2007, caso pretenda celebrar contrato-programa para esse ano.

Cláusula 6.ª

Incumprimento das obrigações da Confederação

1 — O incumprimento, por parte da Confederação, das obrigações abaixo discriminadas implica a suspensão das comparticipações financeiras do IDP:

- a) Das obrigações referidas na cláusula 5.ª do presente contrato-programa;
- b) Das obrigações contratuais constantes noutros contratos-programas celebrados com o IDP em 2006 e ou em anos anteriores;
- c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2 — O incumprimento do disposto nas alíneas *a*), *b*), *c*), *d*) e *e*) da cláusula 5.ª por razões não fundamentadas concede ao IDP o

direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais dos programas de actividades regulares e enquadramento técnico.

3 — Sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 da cláusula 3.ª, caso as comparticipações financeiras concedidas pelo primeiro outorgante não tenham sido aplicadas na execução dos competentes programas de actividades regulares e de enquadramento técnico, a Confederação obriga-se a restituir ao IDP os montantes não aplicados e já recebidos.

Cláusula 7.ª

Obrigações do IDP

É obrigação do IDP verificar o exacto desenvolvimento dos programas de actividades que justificaram a celebração do presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com a observância do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 8.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 9.ª

Vigência do contrato

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 30 de Junho de 2007.

Cláusula 10.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, este contrato-programa será publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

3 — Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo de círculo, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.

14 de Março de 2006. — O Presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, *Luís Bettencourt Sardinha*. — O Presidente da Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores, *José Curado*.

ANEXO

Enquadramento técnico a participar

Nome da técnica — *Lúcia Cristina da Fonseca Gomes*.

Cargo — técnica superior de apoio ao desenvolvimento do programa de actividades regulares e à realização do Congresso dos Treinadores dos Países de Língua Portuguesa.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna**

Despacho n.º 7443/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, é destacado para prestar serviço de motorista no meu Gabinete o soldado de infantaria da Guarda Nacional Republicana José António Durana Moreira, que se encontrava ao serviço do gabinete de apoio.

6 de Março de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel Santos de Magalhães*.

Despacho n.º 7444/2006 (2.ª série). — No uso da competência delegada pelo despacho n.º 10 494/2005, de 29 de Abril, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, nomeio, por urgente conveniência de serviço, pelo período de três

anos, com efeitos a partir de 17 de Março de 2006, a procuradora da República Leonor Maria da Conceição Cruz Rodrigues para exercer as funções de directora-geral-adjunta do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, por ser possuidora de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia pelo *curriculum vitae* que se publica em anexo.

16 de Março de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel Santos de Magalhães*.

Curriculum vitae

1 — Dados biográficos:

Nome — Leonor Maria da Conceição Cruz Rodrigues;
Data de nascimento — 8 de Dezembro de 1955.

2 — Formação universitária — licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa com a classificação final de 14 valores.

3 — Actividade profissional:

Monitora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no ano lectivo de 1980-1981;
Admitida no 2.º curso especial de formação de magistrados do Centro de Estudos Judiciários em 1981;
Exerceu funções de autor de justiça no Centro de Estudos Judiciários de 24 de Abril de 1981 a 4 de Julho de 1982;
Colocada no final do estágio de formação como delegada do procurador da República no Tribunal, de competência genérica, da comarca de Vila Franca de Xira onde exerceu funções de 5 de Julho de 1982 a 24 de Fevereiro de 1984;
Transferida para o Tribunal do Trabalho de Lisboa em 25 de Janeiro de 1984, exercendo aí funções até 14 de Setembro de 1988;
Administradora jurista no Secretariado da Comissão Europeia dos Direitos do Homem do Conselho da Europa — Estrasburgo, cargo para que foi admitida na sequência de concurso público e exerceu de 15 de Setembro de 1988 a 14 de Setembro de 1990;
Colocada nos juízos Criminais de Lisboa de 15 de Setembro de 1990 até 9 de Outubro de 1997;
Colocada, após promoção a procuradora da República, nas varas criminais de Lisboa de 10 de Outubro de 1997 a 23 de Junho de 1998;
Colocada desde 24 de Junho de 1998 no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa e desde 21 de Junho de 2004 no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa.

4 — Promoções:

Promovida ao lugar de procuradora da República por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 17 de Setembro de 1997, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 10 de Outubro de 1997;
Colocada no T. A. C. de Lisboa por deliberação do C. S. M. P., publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 24 de Junho de 1998, e no T. A. F. de Lisboa por deliberação do C. S. M. P., publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Junho de 2004.

5 — Formação complementar:

Frequência do curso de Direito Comunitário ministrado pelo Centro de Estudos Judiciários;
Bolsa do Conselho da Europa, atribuída para 1989 para investigação na área da criminologia;
Admitida como administradora jurista do Secretariado da Comissão Europeia dos Direitos Humanos do Conselho da Europa na sequência de concurso público;
Frequência do curso «Responsabilidade civil em matéria de ambiente», promovido pelo Centro de Estudos Judiciários;
Frequência, em 2003, de curso da Faculdade de Direito de Lisboa sobre o novo contencioso administrativo.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 4100/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Braima Djabula, natural de Bambadinca, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 3 de Outubro de 1971, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de

12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 4101/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Luísa Marciano Marcolino, natural de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 14 de Julho de 1962, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 4102/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Benedito da Costa Marcolino, natural de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 7 de Junho de 1958, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 4103/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Tiago Marciano da Costa Marcolino, natural de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 8 de Dezembro de 1984, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 4104/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alexandre da Luz Vieira Rodrigues, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 24 de Fevereiro de 1971, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 4105/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Dulce Helena Lopes Varela Tavares, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 15 de Abril de 1972, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 4106/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Sanja Borisoglebski, natural de Sarajevo, Federação da Bósnia e Herzegovina, de nacionalidade bósnia, nascida em 5 de Julho de 1953, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de